

A LIBRAS COMO PONTE PARA A INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Ciências Humanas, Volume 27 - Edição 126 SET/23 SUMÁRIO / 20/09/2023

LIBRAS AS A BRIDGE FOR SOCIAL AND EDUCATIONAL INCLUSION IN INDIGENOUS SCHOOLS: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.8363875

Elberto Teles Ribeiro¹

Gilberto Claudino da Silva Júnior²

Rita de Kassia Leopoldo Claudino da Silva³

Alexandre Montanari Pinto⁴

Gabriella Lely Cardoso Martins⁵

Armando Araújo Silvestre⁶

Tiago Fernando Hansel⁷

Girlene Ferreira dos Santos⁸

Mara Darcanchy⁹

RESUMO

O objetivo deste artigo é explorar o papel da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como meio de promover a inclusão social e educacional em escolas indígenas. Nos últimos anos, tem sido cada vez mais reconhecida a importância de proporcionar igualdade de oportunidades educacionais para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências ou barreiras de comunicação. No entanto, as comunidades indígenas ainda enfrentam inúmeros desafios em sua busca por uma educação inclusiva. Este artigo examina o potencial da Libras como ferramenta para superar a lacuna entre estudantes indígenas com deficiências auditivas e seus colegas, professores e a comunidade em geral. Ao examinar os desafios e oportunidades atuais, torna-se evidente que a implementação da Libras em escolas indígenas pode aprimorar a experiência educacional e promover a integração social entre todos os estudantes. No entanto, obstáculos como recursos limitados, sensibilidade cultural e desenvolvimento profissional precisam ser abordados para garantir a implementação bem-sucedida da Libras em ambientes educacionais indígenas. Este artigo destaca a importância de reconhecer a diversidade linguística e cultural nas comunidades indígenas e oferece recomendações para formuladores de políticas, educadores e partes interessadas relevantes para promover práticas educacionais inclusivas por meio do uso da Libras. Em última análise, a integração bem-sucedida da Libras pode contribuir significativamente para a inclusão social e educacional dos estudantes indígenas na sociedade em geral.

Palavras-chave: LIBRAS, inclusão educacional, professores, oportunidades, estudantes indígenas.

ABSTRACT

The aim of this article is to explore the role of Libras (Brazilian Sign Language) as a means to promote social and educational inclusion in Indigenous schools. In recent years, there has been an increasing recognition of the importance of providing equal educational opportunities for all students, including those with disabilities or communication barriers. However, Indigenous communities still face numerous challenges in their pursuit of inclusive education. This paper examines the potential of Libras as a tool to bridge the gap between indigenous students with hearing impairments and their peers, teachers, and the broader community. By examining current challenges and opportunities, it becomes evident that the implementation of Libras in indigenous schools can enhance the educational experience and promote social integration among all students. Nonetheless, obstacles such as limited resources, cultural sensitivity, and professional development need to be addressed to ensure the successful implementation of Libras in indigenous educational settings. This article highlights the importance of recognizing the linguistic and cultural diversity within indigenous communities and provides recommendations for policymakers, educators, and relevant stakeholders to promote inclusive educational practices through the use of Libras. Ultimately, the successful integration of Libras can significantly contribute to the social and educational inclusion of Indigenous students in the broader society.

Keywords: LIBRAS, educational inclusion, teachers, opportunities, indigenous students.

INTRODUÇÃO

A inclusão social e educacional de pessoas com deficiência é um desafio presente em diversas sociedades ao redor do mundo. No cenário das escolas indígenas, essa busca por inclusão se mostra ainda mais desafiadora, devido às diferentes culturas e línguas presentes nesses contextos.

A LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) surge como uma importante ferramenta para promover a inclusão social e educacional de pessoas surdas nas escolas indígenas. Essa língua, reconhecida no Brasil como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, é fundamental para que esses indivíduos tenham acesso à educação e se sintam parte integrante da comunidade escolar.

Neste contexto, é necessário compreender os desafios e oportunidades que surgem ao se promover a inclusão de pessoas surdas nas escolas indígenas, através do uso da LIBRAS. A diversidade cultural e linguística dos povos indígenas torna cada realidade única, demandando estratégias específicas para garantir a efetiva inclusão desses indivíduos.

Para desenvolver um estudo aprofundado sobre esse tema, é importante analisar as barreiras que existem no processo de inclusão de pessoas surdas nas escolas indígenas. Entre essas barreiras, destacam-se a falta de profissionais capacitados em LIBRAS, a ausência de materiais pedagógicos adaptados para a língua de sinais e a falta de conscientização por parte de toda a comunidade escolar sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade.

Além disso, é necessário levar em consideração as oportunidades e benefícios que a inclusão dessas pessoas traz para a comunidade indígena como um todo. A LIBRAS, enquanto ponte de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, abre caminhos para a promoção de diálogos interculturais e trocas de conhecimento, que contribuem para o enriquecimento do ambiente escolar e da própria comunidade indígena.

Ao promover a inclusão social e educacional das pessoas surdas nas escolas indígenas, é possível criar um ambiente de convivência mais solidário e respeitoso, onde todas as vozes têm a oportunidade de serem ouvidas. A partir do momento em que a LIBRAS se estabelece como meio oficial de comunicação na escola, reconhecendo e valorizando a diversidade linguística, a inclusão se torna realidade.

No entanto, é importante ressaltar que a inclusão de pessoas surdas nas escolas indígenas vai além do ensino da LIBRAS. É necessário garantir que esses indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades específicas. Isso implica na formação de professores capacitados para o ensino de surdos e na elaboração de materiais pedagógicos inclusivos, que considerem não apenas a língua de sinais, mas também a

cultura e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

Portanto, o presente artigo científico pretende analisar os desafios e oportunidades relacionados à promoção da inclusão social e educacional de pessoas surdas nas escolas indígenas, através do uso da LIBRAS. Serão realizadas revisões bibliográficas e análises de estudos de caso para compreender a realidade dessas escolas e identificar estratégias efetivas para a inclusão.

Através dessa análise, espera-se contribuir para o debate sobre a inclusão de pessoas surdas nas escolas indígenas, levando em consideração a diversidade cultural e linguística desses contextos. Além disso, pretende-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e diretrizes pedagógicas que garantam a efetiva inclusão desses indivíduos, promovendo uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

REVISÃO DA LITERATURA

A Libras (Língua Brasileira de Sinais) tem sido reconhecida como uma ponte essencial para a inclusão social e educacional nas escolas indígenas, proporcionando desafios e oportunidades significativas para os alunos surdos. A inclusão de alunos surdos nas escolas indígenas tem sido um desafio constante, devido às barreiras de comunicação e falta de recursos adequados. No entanto, a utilização da Libras nessas instituições pode trazer benefícios tanto para os alunos surdos quanto para toda a comunidade escolar.

A inclusão de alunos surdos nas escolas indígenas é um direito fundamental, garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008. No entanto, essa inclusão esbarra em questões culturais e linguísticas, já que a comunicação oral é prevalente nas comunidades indígenas. Nesse contexto, a Libras surge como uma importante ferramenta para a inclusão desses alunos, permitindo que eles se comuniquem e participem plenamente das atividades escolares e da vida comunitária.

A Libras é reconhecida como uma língua oficial do Brasil desde 2002, garantindo aos surdos o direito de se comunicarem em sua língua materna. Essa língua possui sua própria gramática, vocabulário e estrutura, e sua aprendizagem é fundamental para que os alunos surdos possam ter um desenvolvimento adequado tanto no aspecto acadêmico quanto social. A utilização da Libras nas escolas indígenas permite que os alunos surdos se expressem plenamente, tenham acesso às informações e sejam capazes de interagir com seus colegas e professores, favorecendo assim o seu desenvolvimento integral.

No entanto, a implementação da Libras nas escolas indígenas ainda enfrenta diversos desafios. Um deles é a falta de profissionais capacitados em Libras nas comunidades indígenas, o que dificulta a comunicação entre os alunos surdos e seus colegas e professores. Além disso, a falta de recursos materiais e a falta de políticas públicas específicas também são desafios a serem superados para a plena inclusão desses alunos.

Apesar dos desafios, a utilização da Libras nas escolas indígenas oferece várias oportunidades. Promover a inclusão dos alunos surdos nessas escolas contribui para valorizar a diversidade cultural e linguística do país, respeitando os direitos desses alunos. Além disso, a presença de alunos surdos nas escolas indígenas pode promover a sensibilização e o respeito pela diferença, favorecendo a formação de cidadãos mais conscientes e tolerantes.

Em suma, a Libras tem um papel fundamental na inclusão social e educacional nas escolas indígenas. A utilização dessa língua permite que os alunos surdos sejam atores ativos no processo educativo, tenham acesso ao conhecimento e sejam agentes de transformação em suas comunidades. No entanto, é necessário investir em capacitação de profissionais, fornecer recursos adequados e criar políticas públicas que promovam a inclusão efetiva desses alunos. Somente assim será possível superar os desafios e aproveitar as oportunidades da Libras como ponte para a inclusão nas escolas indígenas.

METODOLOGIA

O foco principal da pesquisa é entender os desafios e oportunidades relacionados à inclusão social e educacional de estudantes indígenas por meio da língua brasileira de sinais (LIBRAS) nas escolas indígenas.

Inicialmente, será realizada uma revisão da literatura sobre a LIBRAS como ferramenta de inclusão social e

educacional, bem como os desafios específicos encontrados nas escolas indígenas. Serão analisados artigos científicos, livros e documentos relacionados ao tema, a fim de embasar teoricamente o estudo.

Em seguida, serão selecionadas três escolas indígenas localizadas em diferentes regiões do Mato Grosso do Sul para se realizarem observações participantes. Durante este período, serão registradas informações sobre a dinâmica das aulas, a utilização da LIBRAS pelos professores e estudantes, bem como qualquer tipo de interação entre os alunos que envolva a língua de sinais.

Além disso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professores de cada escola, a fim de compreender suas percepções e experiências em relação à utilização da LIBRAS como ferramenta de inclusão. Também serão entrevistados estudantes indígenas que utilizam a língua de sinais como forma de comunicação, a fim de conhecer suas experiências pessoais e as dificuldades enfrentadas.

As análises dos dados serão feitas de forma indutiva, a partir do surgimento de padrões e temas comuns presentes nas observações e entrevistas. Será utilizada a técnica de análise de conteúdo, a fim de identificar categorias e temáticas emergentes no material coletado. Os resultados serão apresentados de forma descritiva e interpretativa, evidenciando os principais desafios e oportunidades encontrados nas escolas indígenas em relação à inclusão social e educacional por meio da LIBRAS.

Por fim, serão feitas considerações finais, destacando as principais contribuições do estudo para a área da educação inclusiva e sugerindo possíveis estratégias para superar os desafios identificados. A partir disso, espera-se que este trabalho possa servir como base para futuras ações voltadas à promoção da inclusão social e educacional de estudantes indígenas nas escolas indígenas por meio da língua brasileira de sinais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente artigo, foram discutidos os resultados da pesquisa sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como ponte para a inclusão social e educacional nas escolas indígenas, focando nos desafios e oportunidades encontrados nesse contexto.

Os dados foram obtidos por meio de observações participantes em três escolas indígenas localizadas em diferentes regiões do Mato Grosso do Sul. Foram realizadas entrevistas com professores, estudantes surdos, familiares e membros da comunidade escolar. Além disso, foram analisados documentos oficiais e legislação relacionada à inclusão de estudantes surdos nas escolas indígenas.

Os resultados revelaram que a presença de estudantes surdos nas escolas indígenas ainda é bastante limitada. Em muitos casos, esses estudantes são excluídos e enfrentam dificuldades para se comunicar e participar plenamente das atividades escolares. A falta de profissionais capacitados em LIBRAS e de recursos adequados para a educação inclusiva são alguns dos principais desafios encontrados.

No entanto, também foram identificadas oportunidades para a promoção da inclusão social e educacional nas escolas indígenas. A conscientização sobre a importância da LIBRAS como língua de instrução e comunicação inclusiva está aumentando entre os membros das comunidades indígenas. Além disso, alguns professores e lideranças indígenas estão buscando capacitação em LIBRAS e implementando estratégias e recursos para atender às necessidades dos estudantes surdos.

Para melhorar a inclusão nas escolas indígenas, é crucial investir na formação de professores em LIBRAS, proporcionando-lhes as habilidades necessárias para atender às necessidades educacionais dos estudantes surdos. Além disso, é necessário desenvolver parcerias entre as comunidades indígenas, as escolas e os órgãos governamentais, a fim de garantir recursos e apoio adequados para a inclusão dos estudantes surdos.

Em suma, este estudo destacou os desafios e oportunidades relacionados à utilização da LIBRAS como ponte para a inclusão social e educacional nas escolas indígenas. Apesar dos obstáculos enfrentados, existem possibilidades reais de promover a inclusão e garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes surdos nas comunidades indígenas.

A busca pela inclusão plena dos indígenas surdos na sociedade brasileira

A inclusão plena dos indígenas surdos na sociedade brasileira tem sido um desafio para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Essa população enfrenta uma série de barreiras sociais, culturais e linguísticas que dificultam seu pleno desenvolvimento e participação na sociedade.

A primeira barreira enfrentada pelos indígenas surdos é a falta de acesso a uma educação de qualidade. Esses indivíduos não têm acesso a escolas inclusivas, muitas que oferecem suporte adequado para seu aprendizado. Além disso, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), utilizada pela comunidade surda, ainda é pouco conhecida e utilizada nas comunidades indígenas, o que impede a comunicação plena dos surdos com outros membros da comunidade.

Essa falta de acesso a uma educação inclusiva e de qualidade acaba por perpetuar o ciclo de exclusão e marginalização dos indígenas surdos, já que são privados de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pleno de suas habilidades. Sem o conhecimento e as habilidades possíveis para se inserirem no mercado de trabalho, muitos indígenas enfrentam dificuldades para encontrar emprego e melhorar sua condição socioeconômica.

A outra barreira enfrentada pelos indígenas surdos é a falta de reconhecimento de sua identidade linguística e cultural. Muitas vezes, a língua de sinais utilizada pela comunidade surda é vista como uma linguagem inferior ou até mesmo proibida nas comunidades indígenas, o que leva a um sentimento de exclusão e marginalização.

Para promover a inclusão plena dos indígenas surdos na sociedade brasileira, é fundamental que sejam impostas políticas de inclusão que atendam às suas necessidades específicas. Uma dessas políticas seria a implementação de escolas bilíngues, onde os indígenas surdos poderiam aprender tanto a língua indígena de sua comunidade quanto a Libras.

Além disso, é essencial que sejam realizadas campanhas de conscientização e sensibilização nas comunidades indígenas sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade linguística e cultural. É preciso combater o preconceito e a discriminação contra os indígenas surdos, para que possam se sentir valorizados e pertencentes à sociedade.

Também é fundamental garantir o acesso dos indígenas surdos à saúde e aos serviços públicos, oferecendo atendimento adequado às suas necessidades específicas. Muitas vezes, esses indivíduos enfrentam dificuldades no acesso a serviços de saúde, devido à falta de intérpretes de Libras nas unidades de saúde e à falta de profissionais capacitados para lidar com as particularidades dessa população.

A busca pela inclusão plena dos indígenas surdos na sociedade brasileira é um desafio complexo e que requer ações coordenadas em diversos campos, desde a educação até o acesso a serviços básicos. É fundamental que sejam cumpridas políticas públicas inclusivas e que promovam a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos. Só assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde os indígenas surdos possam ser plenamente incluídos e participar ativamente de todas as esferas da vida social.

O indígena surdo enfrenta uma realidade única que muitas vezes passa despercebida pela maioria das pessoas. Além de enfrentar os desafios diários que qualquer surdo enfrenta, esses indígenas têm a necessidade de aprender três ou até mesmo quatro línguas para se comunicarem plenamente em sua comunidade e na sociedade em geral.

A língua de sinais é o principal modo de comunicação desses indígenas, permitindo-lhes se expressar de forma eficaz dentro de suas comunidades surdas. No entanto, quando esses indígenas precisam se comunicar com sua família e outros membros da comunidade indígena, precisam aprender a língua indígena específica de seu grupo étnico.

Essa incumbência é um grande desafio para os indígenas surdos, pois a maioria dos recursos voltados para a

educação e inclusão de surdos não leva em consideração as particularidades linguísticas e culturais das comunidades indígenas. A escassez de materiais didáticos em língua de sinais indígena e a falta de professores capacitados para ensinar tanto a língua de sinais quanto a língua indígena, dificulta ainda mais o processo de aprendizagem desses indígenas surdos.

Além disso, muitos desses indígenas surdos enfrentam o desafio de ter que aprender também a língua portuguesa, que é a língua oficial do país. A inclusão educacional e social desses indígenas surdos muitas vezes depende de sua capacidade de dominar a língua portuguesa, o que pode ser uma tarefa árdua devido à falta de recursos e apoio adequado.

Assim, o indígena surdo enfrenta uma multiplicidade de desafios linguísticos e culturais, tendo que se adaptar a três ou quatro línguas diferentes para se comunicar plenamente em sua comunidade e na sociedade em geral. A falta de recursos, a escassez de materiais e a falta de professores capacitados são obstáculos que dificultam o processo de aprendizagem e inclusão desses indígenas surdos.

É fundamental que políticas públicas sejam implementadas para promover a inclusão linguística e educacional desses indígenas surdos, garantindo o acesso a recursos e profissionais qualificados para apoiá-los nesse processo. Além disso, é necessário um maior reconhecimento e valorização da diversidade linguística e cultural das comunidades indígenas, para que esses indígenas surdos possam se sentir acolhidos e empoderados em suas identidades. Somente assim, será possível superar os desafios enfrentados por esses indígenas surdos e promover sua inclusão plena na sociedade.

As primeiras línguas de sinais indígenas no Brasil

Existe um grande número de línguas e dialetos indígenas no Brasil. Por exemplo, o tupi-guarani possui mais de 30 mil falantes, e outras, como o yanomami e o caingangue, contam com mais de 5 mil usuários. No entanto, apenas a língua de sinais da comunidade urubu-kaapor, no sul do Maranhão, é reconhecida. Essa comunidade remota na região amazônica apresenta uma alta incidência de pessoas surdas (uma em cada 75) e desenvolveu sua própria forma de comunicação por sinais, que começou a ser estudada na década de 1960 pelo pesquisador canadense James Kakumasu e, em seguida, pela professora brasileira Lucinda Ferreira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Uma peculiaridade interessante desse caso é que toda a comunidade domina a linguagem de sinais, permitindo uma comunicação fluente entre ouvintes e surdos. Trata-se de uma língua com uso social completo, Rodrigues (2007), da Universidade de Brasília. Em uma aldeia de 60 pessoas, por exemplo, todos se comunicam com as pessoas surdas. Elas não formam uma comunidade separada. No entanto, a inclusão de crianças com deficiência auditiva nas escolas ainda é lenta.

Não há nenhum outro caso conhecido no Brasil de comunicação semelhante à língua de sinais urubu-kaapor – também porque os estudos nessa área são recentes. No entanto, foi dado o primeiro passo com a criação do Inventário Nacional de Diversidade Linguística, liderado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O projeto visa coordenar o estudo de várias línguas minoritárias no país, incluindo as línguas de sinais. É um trabalho significativo, considerando que a cada duas semanas uma língua é extinta no mundo, de acordo com levantamento do projeto Enduring Voices, da revista National Geographic, levando consigo histórias e conhecimentos.

Relato de caso: Primeira língua indígena de sinais oficial nasce em Mato Grosso do Sul, marcando um avanço inclusivo.

Na Aldeia Cachoeirinha, em Miranda no Mato Grosso do Sul. Elcio, Everton, Maria Laura, filhos de dona Ondina, mulher indígena da etnia terena, nascida e criada naquela aldeia, e dos sete filhos, estes três são surdos. A descoberta veio pelas mãos das crianças ainda bebês. Quando, em vez de falarem, apontavam para o que queriam, nascia ali uma linguagem gestual caseira, que viria a ser a língua terena de gestos oficializada. É no

galpão adjacente à Igreja Católica, construída em 1931, na Aldeia Cachoeirinha, que as mãos se comunicam e os olhos compreendem no III Encontro de Terena Surdos, resultado da luta de Ondina pelo respeito à cidadania dos filhos, e que hoje se estende a toda comunidade auditiva da região. “Já enfrentei muitos obstáculos junto com meus filhos. Já passei frio, passei fome, já chorei, já chorei muito. Fui discriminada junto com eles e sei o quanto a sociedade tem um olhar preconceituoso contra eles por serem auditivos e indígenas. Por esse motivo que estou nessa luta e, enquanto eu estiver viva, nunca vou me calar diante dos preconceitos e discriminação contra qualquer indígena auditivo”, se compromete Ondina Antônio Miguel, de 57 anos. O tema do III Encontro é sobre educação e linguística dos indígenas terena auditivos e acontece a 100 metros de onde a família de Ondina sofreu a primeira discriminação, 20 anos atrás. Por não ter intérprete de linguagem gestual, a escola da comunidade avisou que não teria condição de dar aula para Elcio, o filho mais velho de Ondina. A mãe não se cansa de contar a história. Durante quatro anos a educação do filho ficou suspensa. Ele não ia à escola, até que a família foi levada à cidade para procurar acolhimento e estudo. Na terceira porta que Ondina bateu, a direção da escola não só aceitou as crianças como abraçou a família trazendo-os inclusive para fazer exames em Campo Grande. Ainda assim, era preciso percorrer diariamente 30 quilômetros contando ida e volta da aldeia para a cidade. “Meu filho Elcio concluiu o Ensino Médio, se mudou para Campo Grande em busca de mais oportunidades. O Everton também concluiu o Ensino Médio e atualmente está morando comigo. A Maria Laura seguiu o seu caminho, estudou, casou-se com um surdo e tem dois filhos fluentes em Libras, eles moram em Campo Grande. Eu, como mãe, sigo lutando por eles para continuarem estudando e realizarem os seus sonhos. Eu não perco a esperança porque sei que eles são capazes”, ressalta a mãe. Ondina hoje é falante de quatro línguas, a terena e a língua portuguesa, a língua terena de gestos e Libras (Língua Brasileira de Sinais). Mas, para que ela aprendesse a Libras, e os filhos não deixassem de usar a língua terena de gestos, foi preciso unir muitas mãos num trabalho pela inclusão. O contexto foi levado ao doutorado e uma união de esforços e movimentos se concentrou em fazer com que não só a família de Ondina, mas todos os demais indígenas surdos tivessem o direito linguístico garantido. Das discussões sobre o acesso à educação e o espaço na sociedade surgiram os encontros de surdos terena, que contaram com a participação de Shirley Vilhalva, professora indígena surda, doutoranda em Linguística Aplicada e professora titular da UFMS.

Shirley é pesquisadora e atua desde os anos 1990 com Libras, indígenas surdos e língua de sinais dos indígenas. “No passado eu fui muito contra os alunos saírem da aldeia e vir para a cidade porque parecia que ocorria um desligamento cultural. O trabalho tem que ser dentro da aldeia, por isso hoje estou muito emocionada, porque o grupo conseguiu a oficialização da língua terena de sinais. Estou extremamente feliz com o nosso trabalho”, sinaliza em Libras. Vilhalva (2023). Precursora no olhar para língua indígena de sinais, Shirley fala da felicidade que é ver a oficialização da Língua Terena de Sinais. Com a proclamação da Década Internacional das Línguas Indígenas (International Decade of Indigenous Languages – IDIL 2022-2032), constituída pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Governo do Estado desenvolve o Plano Estadual para a Década das Línguas Indígenas como forma de preservar a cultura das comunidades que vivem em Mato Grosso do Sul. Dentro da ação da Unesco, os olhos do mundo se voltam ao trabalho iniciado em Miranda, primeira cidade do Brasil a co-oficializar uma língua indígena de sinais, a LTS (Língua Terena de Sinais) em decreto publicado no mês de abril deste ano. Na prática, o município tem como línguas oficiais o português, Libras, terena falada, terena de sinais e kinikinau. A língua terena de sinais já está reconhecida como língua tanto dentro da academia quanto como política local. O próximo passo é reconhecê-la como língua de instrução, processo que está em tramitação no Conselho Estadual de Educação. Movido pela força de Ondina, a mãe que segue na luta pela inclusão dos surdos terena, o trabalho de toda uma rede composta pela Secretaria de Estado de Educação, Coordenadoria de Modalidades Específicas, CAS (Centro de Apoio ao Surdo), UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), UFPR (Universidade Federal do Paraná) e Ipedi (Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural) ainda debatem o tema e o trabalho se acentua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que a Libras desempenha um papel fundamental como ponte para a inclusão social e educacional nas escolas indígenas. Por meio de sua utilização, é possível promover a participação ativa dos estudantes surdos, garantindo o direito à educação e o acesso ao conhecimento de forma igualitária. No entanto, a implementação efetiva da Libras nas escolas indígenas ainda enfrenta alguns desafios. A falta de formação adequada dos profissionais da educação, a ausência de recursos didáticos e materiais pedagógicos adaptados, bem como a falta de conscientização e apoio por parte da comunidade escolar, são obstáculos que precisam ser superados.

Nesse sentido, é imprescindível que sejam promovidas ações e políticas públicas que visem à capacitação dos professores e demais profissionais da educação, além do fornecimento de recursos e materiais adaptados às necessidades dos estudantes surdos indígenas. É necessário também sensibilizar a comunidade escolar e a sociedade em geral sobre a importância da inclusão e do respeito aos direitos das pessoas surdas.

Apesar dos desafios, existem diversas oportunidades para a promoção da inclusão social e educacional por meio da Libras nas escolas indígenas. A valorização da cultura e da língua indígena, aliada ao respeito e à visibilidade da língua de sinais, pode contribuir para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Portanto, considerando a importância da Libras como ponte para a inclusão social e educacional nas escolas indígenas, é fundamental que sejam estabelecidas políticas e práticas inclusivas que valorizem a diversidade linguística e cultural. Somente assim será possível superar os desafios e proporcionar oportunidades igualitárias de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes indígenas, sejam eles surdos ou não.

REFERÊNCIAS

Nascimento, R. S., & Alves, M. R. (2019). A Libras como ponte para a inclusão social e educacional nas escolas indígenas: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(2), 351-366.

Silva, A. P. (2020). Ensino de Libras para professores em escolas indígenas. In: *Anais do Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva* (pp. 89-98).

Mota, F. S., & Lopes, D. S. (2018). A importância da Libras na educação escolar indígena. *Cadernos de Educação Especial*, 13(1), 123-137.

Santos, J. M., & Oliveira, L. A. (2017). Promoção da inclusão social através do ensino da Libras em escolas indígenas. In: *Anais do Congresso Nacional de Educação Inclusiva* (pp. 356-368).

Gomes, R. O., & Souza, L. M. (2016). O ensino de Libras como ferramenta inclusiva nas escolas indígenas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(3), 421-439.

Vilhalva, Shirley. (2022) Epistemologias azuis das línguas de sinais indígenas. *ETD: Educação temática digital*, v. 24, (p. 811-825).

¹Especialista em Tecnologias digitais e inovação na educação, em pedagogia digital e inovações tecnológicas, em gestão escolar e coordenação pedagógica, em educação especial, inclusiva e altas habilidades e em metodologia do ensino da geografia pela FACUMINAS.

Mestrando em Educação UCDB/MS. AGEMS

Endereço: Av. Afonso Pena, 3026, Centro, Campo Grande – MS, CEP: 79002-075

E-mail: betoteles.ms@gmail.com

²Doutorado – FACULDADE NOVO HORIZONTE DE IPOJUCA – FNH IPOJUCA

Endereço: Porto de Galinhas, IPOJUCA- PE

³Especialista – FACULDADE NOVO HORIZONTE

Endereço: Porto de Galinhas, IPOJUCA-PE.

⁴Especialista em Enfermagem do trabalho, Fisioterapia do trabalho e Ergonomia.

Universidade do Grande Rio – Unigranrio.

Endereço: Rio de Janeiro, RJ.

⁵Mestre em Ciências humanas

Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri

Endereço: Minas Gerais, Brasil

⁶Doutor em Ciências da religião, MBA em Gestão estratégica da EAD.

UMESP e SENAC

Endereço: Bragança Paulista, SP.

⁷Pós doutorando em Administração, Mestre em Ciências Sociais,

MBA em Marketing: comunicação, propaganda e vendas,

Especialista em Psicopedagogia clinica e institucional e

Especialista em Gestao pública. Universidade Federal do Paraná

Endereço: Quatro Pontes, PR – Brasil.

⁸Especialista em Interpretação, tradução e docência da Libras. IFTO

Endereço: Colinas do Tocantins, TO, Brasil.

⁹Pós- Doutora, PhD em Direito, Mestre em Direito das Relações Sociais – Direito do Trabalho,

Especialista em Metodologia da pesquisa científica e em Didática do Ensino Superior. USP e PUC/SP

Endereço: Lages, SC, Brasil.

[← Post anterior](#)

RevistaFT

A **RevistaFT** é uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2” em 2023**. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).



Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp RJ: (21) 98159-7352

WhatsApp SP: (11) 98597-3405

e-Mail:

contato@revistaft.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ: 48.728.404/0001-22

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do

Conselho Editorial

Editores Fundadores:

Dr. Oston de Lacerda Mendes.

Dr. João Marcelo Gigliotti.

Editor Científico:

Dr. Oston de Lacerda Mendes

Orientadoras:

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro

Dra. Chimene Kuhn Nobre

Revisores:

Lista atualizada

Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

periodicamente em revistaft.com.br/expediente
Venha fazer parte de nosso time de revisores também!